

PÕE MAIS ÁGUA NO FEIJÃO COM ARROZ
PORQUE EU ESTOU VOLTANDO...



A SEMANA

POLÍTICA

ANC p2 MARIA ROSA COSTA

Burla à Carta

A inesperada decisão dos parlamentares de aumentar sua remuneração para não perderem com o pagamento do Imposto de Renda — aprovado por eles próprios, como constituintes — é o único fato inédito no panorama político. Eles pretendem chegar amanhã a uma fórmula capaz de preservá-los como uma classe diferenciada dos demais contribuintes: aumentar-ao de Cz\$ 2 milhões para Cz\$ 4 milhões a remuneração, mantendo seu valor real mesmo com o desconto de 45% do IR.

Com exceção do PT e de poucos nomes que se insurgiram contra a maioria, há um consenso em torno da idéia. Resta saber se esta se mantém na prática, mesmo sendo estranha por ludibriar os efeitos de um dispositivo constitucional e

por ser exatamente esta medida, de favorecimento próprio, a única vez em que o Legislativo seguiu à risca uma decisão do Governo. Para compensar a tributação imposta pela Constituição, o presidente Sarney assinou decreto, dia 1º, aumentando o vencimento dos militares.

Os demais pontos da pauta seguem a previsão feita ainda no ardor do plenário. São as controvérsias pela auto-aplicabilidade ou não de 146 pontos da Carta e o início da formação do bloco de apoio ao Governo.

Este último choca-se com a necessidade do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, de se afastar mais do Governo para crescer na sucessão presidencial. Sarney viaja para Moscou na sexta-feira levando na comitiva, além de Roberto Freire, do

PCB, os líderes que vão articular o apoio de que necessita para enfrentar o fortalecimento do Congresso Nacional. E Ulysses sobe a rampa do Palácio do Planalto tentando reforçar a idéia de que sua permanência definitiva no local tornará o País melhor. De imediato, conseguirá calar o consultor Saulo Ramos e seus pareceres contrários à auto-aplicabilidade de inovações como o mandato de injunção e o habeas data. Além de favorecer os decretos legislativos, encaçados pelo PMDB, PSDB, PDT e PT, para sustarem os atos do Executivo baixados às vésperas da promulgação da Constituição, reestruturando órgãos extintos pela Carta, criando novos cargos e autorizando contratações para o serviço público.